

Antigas afinidades na construção da diferença na diáspora: emigração e o resgate da herança cripto-judaica transmontana¹

Elsa Lechner

CEAS, ISCTE

elsa.lechner@iscte.pt

Trás-os-Montes é considerada uma região clássica de judeus convertidos, onde, ainda hoje, se encontra viva a memória dessa herança histórica perdida. Entre emigrantes transmontanos em França no final dos anos noventa, a identidade secreta dos judeus convertidos parece ter encontrado um contexto favorável de publicização que ganha reconhecimento crescente. Analisando a alteridade particular existente entre “judeus” e “lavradores” transmontanos, bem como a posição de Outro que os “judeus” ocupam nas comunidades a que pertencem, este texto identifica os factores distintivos das duas categorias sociais que separam uns transmontanos de outros. Visa-se assim compreender a reivindicação de uma origem judaica e os movimentos de resgate de uma identidade de descendente de judeus convertidos.

Palavras-chave: Identidade, migração, memória, alteridade, diferença.

Entre emigrantes transmontanos em Paris contactados no final dos anos noventa no âmbito de uma pesquisa sobre reconstrução da identidade em situação de emigração², constatámos a presença de uma distinção, nas narrativas de alguns entrevistados, entre transmontanos “judeus” e transmontanos lavradores ou cristãos velhos. O tema dos judeus convertidos apareceu nas entrevistas como um discurso calado mantendo em silêncio, ao longo das gerações, uma distinção identitária pronta a revelar-se no contexto migratório. Começamos com uma vinheta etnográfica retirada de uma das nossas entrevistas neste terreno:

Quando o barbeiro da minha aldeia morreu, ficámos todos espantados em ver que na sua campa no cemitério, a mulher e

¹ Partes deste texto foram publicadas no artigo “Memória das origens e identidade social. Análise a partir de um caso português” in *Encontro de Saberes*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 2006, pp. 67-83.

² Tese de Doutoramento defendida pela autora na EHESS, Paris 2003.

as filhas puseram uma estrela de David em vez da cruz de Cristo. Eu não sabia que eles eram judeus... na minha altura não se falava no assunto...pronto, sabíamos que havia judeus em Trás-os-Montes mas não se falava nisso. Foi aqui em França que descobri muita coisa e segundo o meu primo nós também somos da raça dos judeus. (empresário transmontano em Paris, 1998).

Este excerto de conversa ilustra um facto recorrente entre alguns transmontanos que se dizem judeus por referência a uma “memória das origens” de antepassados convertidos à força ao catolicismo. Refugiados desde os finais do século XVI nas montanhas do nordeste português, estes “judeus” não estão organizados numa comunidade voluntária com um projecto étnico, nem têm uma cultura judaica consolidada. No entanto, e apesar das contingências adversas da história, muitos guardam vestígios e memórias de uma pertença presumidamente judaica que acompanha uma condição de alteridade e diferença nas comunidades a que pertencem. Esta, manifesta-se tanto nas formas de nomeação destes descendentes de convertidos, como na sua posição social, e também num sentimento de si que suscita movimentos de resgate da sua história colectiva e herança identitária.

Mais do que “judeus secretos” de Trás-os-Montes”, estes descendentes de cristãos-novos são os guardiães de vestígios históricos herdados em silêncio e a expressão social de uma alteridade que remete os seus protagonistas para uma condição de Outro no seio da comunidade local. A herança do segredo confere-lhes uma consciência de grupo distintiva no meio social em que se inserem, e hoje suscita processos de construção ou reinvenção da identidade que conduzem à tentativa de recuperar sentidos históricos longínquos. Este processo de atribuição de sentido a uma herança perdida origina um diálogo entre identidade e memória exercido em contextos existenciais e políticos concretos que consubstanciam a identidade social dos “judeus” transmontanos.

Alteridade e diferença: nomes, pessoas e “animais analógicos”

Considerada pelos especialistas da história da Península Ibérica como uma região clássica de assentamento de “marranos” (Révah 1959), Trás-os-Montes é actualmente, do ponto de vista etnográfico, ainda o reduto de um passado histórico

marcado pela presença de judeus refugiados de Espanha após o édito de expulsão de 1492, pelos reis Fernando e Isabel de Castela. Entre um sentido mais erudito e propriamente historiográfico da presença de judeus convertidos no território transmontano, e o significado antropológico da persistência de uma diferenciação de um grupo reportado a uma origem étnica judaica, os diversos termos utilizados para designar os “judeus” transmontanos, traduzem nuances conceptuais relevantes para a análise percorrida aqui.

O termo *marrano* confunde-se com a raiz antropológica da identidade dos judeus convertidos e remete-os para uma condição de alteridade particular. Segundo o estudo clássico de Arturo Farinelli (1925), encontra-se no vocabulário espanhol de quinhentos e corresponde a um termo ofensivo (significando *porco*, em português) adaptado para denegrir, na época, os cristãos-novos de Espanha e de Portugal. O seu significado de origem parece não se referir à relutância dos judeus em comer carne de porco, mas antes exprimir um sentimento de desprezo com que é conotada aquela palavra também noutras várias línguas.³ O significado que adquiriu posteriormente configura a adaptação a um contexto histórico que se tornou hostil à presença judaica na Península Ibérica. Forçados a converterem-se à religião católica desde que a Inquisição foi instituída em 1536, muitos judeus foram acusados de práticas de um judaísmo secreto. Vários autores utilizam a expressão “cripto-judeu” para designar membros de comunidades rurais portuguesas nas quais foram identificadas práticas de um judaísmo sujeito a forte erosão pela história de conversão dos seus antepassados.⁴

Em Trás-os-Montes, e mais especificamente no Distrito de Bragança, os descendentes de judeus convertidos são apelidados de *perro* (*cão*, em português), ilustrando um facto antropológico identificado por Edmund Leach (1964) segundo o qual o uso recorrente de nomes de animais como injúria, cumpre uma função social de imposição de distância entre pessoas próximas. Claude Lévi-Strauss já havia pensado na utilização de nomes de animais entre os humanos, referindo que “... aos cães não damos um nome humano sem provocar um sentimento de mal estar, ou mesmo de pequeno escândalo [...] Como animais “domésticos”, eles fazem parte da sociedade humana, mas ocupando uma posição tão baixa que não sonharíamos, seguindo o exemplo de

³ *Encyclopaedia Judaica*, entrada « Marrano », Vol. 11, Jerusalém, p. 1018.

⁴ Ver nomeadamente, Samuel Schwarz *Os Cristãos Novos em Portugal no Século XX*, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões, Universidade Nova de Lisboa, 2000 [1925].

alguns australianos e ameríndios, em chamá-los como se fossem humanos (...)”⁵ (Lévi-Strauss 1962: 272).

Nas aldeias e vilas do concelho de Vimioso, distrito de Bragança, onde coexistem estes dois grupos, mantém-se até hoje o distintivo de “terras de judeus”, aplicado quando se trata de espaços onde se concentraram ao longo do tempo grupos dedicados ao comércio e à indústria artesanal de curtumes (as *pelicarias*). Na descrição dos próprios sobre as especificidades destes ditos “judeus”, relatam-se as suas viagens pelos montes, montados numa mula, vendendo produtos alimentares e bens essenciais que os lavradores não produziam. Os homens *perros* eram também artesãos, sapateiros, latoeiros, carpinteiros ou alfaiates, enquanto as mulheres trabalhavam como tecedeiras. Em geral eram letrados e escolarizavam os filhos, ao contrário dos lavradores mais necessitados da mão-de-obra dos seus descendentes nos campos.

No final dos anos 90 do século XX, observava-se ainda uma compartimentação no espaço físico da aldeia de Carção, com os comerciantes instalados no centro, na praça, perto da fonte e da rua principal, e os lavradores sobretudo na periferia do burgo, perto dos campos que cultivavam. A organização urbana e a economia política locais exprimem assim uma alteridade em que se foram reproduzindo e perpetuando as posições ocupadas pelos dois grupos de oficiais e lavradores economicamente interdependentes. A par desta estratificação sócio-económica, a população local refere estereótipos físicos e comportamentais que contribuem para reforçar a divisão criada. Os dois grupos auto-distinguem-se atribuindo-se características fenotípicas específicas, sendo a aparência física dos “judeus” associada a cabelos ruivos, pele sardenta e olhos claros. Este estereótipo coincide com a imagem clássica do “judeu vermelho” ou “judeu-ruivo”, analisada na tradição cristã europeia por Claudine Fabre-Vassas (1994). Eles são o Outro mais diferente dos outros, ou seja uma figura de alteridade extrema, remetida para um limiar de aceitação na fronteira com o animal. Assim, tal como o termo *perro* constitui uma rejeição linguística daquele que é designado literalmente de “cão espanhol”, o estereótipo físico do “judeu ruivo” traduz a condição de Outro, próximo do animal, a que a tradição cristã sempre tendeu a remeter os judeus. Esta iconografia

⁵ « Comme animaux domestiques, ils font partie de la société humaine, tout en y occupant une place si humble que nous ne songerions pas, suivant l'exemple de certains Australiens et Amérindiens, à les appeler comme des humains... »

surgiu na Europa medieval expandindo-se numa imagética popular e médica que diagnosticava um laço “de natureza” entre “a raça maldita” e o animal porco.

Nos dados etnográficos recolhidos junto de transmontanos, encontra-se este saber estereotipado sobre si próprios utilizado como forma de afirmação identitária e de demarcação. Mas esta não corresponde a uma cultura judaica, fazendo com que o que caracteriza a diferença destes ditos “judeus” é a referência às origens étnicas herdada ao longo das gerações em silêncio. Ou seja, a insistência na demarcação identitária participa aqui do carácter do segredo, que é *um saber à parte*, de que as novas gerações são depositárias sem conhecer os respectivos conteúdos culturais. O que os interlocutores entrevistados no terreno dizem sobre si é um saber marcado pela dispersão e pela fragmentação de referências ao judaísmo dos seus antepassados. A maior parte fala da sua cultura de *converso* na terceira pessoa do plural “eles”, para depois dizer, em tom de aceitação ou revelação que “nós também somos judeus” (Lechner 2002). Os mais idosos relatam costumes dos membros “da família de Moisés” como os *bradórios* ou velórios de quatro e cinco dias consecutivos, em que se acendiam velas em torno do morto, se faziam rezas próprias e se colocavam pedaços de pão sobre os cantos das mesas. Tudo era feito às escondidas dos vizinhos, na mesma lógica de segredo que deu origem à *bola tosca* e às alheiras transmontanas.

O isolamento das montanhas transmontanas, permitiu aos judeus convertidos conservar e transmitir estes vestígios de um passado escondido que reaparece através de rastros e fragmentos etnográficos quase crípticos. Mas a herança do segredo histórico como factor constitutivo de uma identidade social de “judeu”, suscita ainda processos de reconstrução da identidade em forma de identificações com parentescos intelectuais, espirituais, e com novos laços de casamento ou de amizade, para os quais a emigração contribui de forma decisiva. De forma consciente ou inconsciente as novas gerações criam as condições de possibilidade de reconstituição e publicitação deste aspecto importante da cultura transmontana e portuguesa.

À semelhança do que mostra Frédéric Brenner no seu documentário “Les Derniers Marranes” realizado em Belmonte em 1990, o que resta desta memória identitária é o segredo histórico transformado em práticas residuais que persistem em segregar o grupo da comunidade. Este efeito de segregação não resulta do facto de se ter tratado de práticas judaicas ou “judaizantes”, num passado longínquo, mas sim da

persistência das manifestações de um segredo herdado que funciona como marca identitária. Trata-se de uma marca de *seres à parte*, mais do que de um *saber à parte*, que na realidade se perdeu para a maioria do grupo. Essa a razão pela qual uma reconversão ao judaísmo não é sequer procurada ou desejada pelos que, nestes territórios, herdaram da sua perda histórica O que se encontra hoje no distrito de Bragança, ou entre transmontanos da diáspora, são vestígios e memórias de uma pertença identitária reinventada de forma pontual a partir de fontes dispersas.

Origens e identidade social: vestígios e memórias de uma pertença

Qualquer identidade é necessariamente construída por referência a uma alteridade, a diferenças categorizadas. As formas sociais e os conteúdos culturais que determinam identidades humanas são complexas e radicam na dimensão temporal, também ela dinâmica. Em função de contextos históricos, culturais e políticos específicos, diferentes tipos de identidade ressaltam tipos distintos de diferenças e de diferenciações entre o Eu e o Outro. De um ponto de vista antropológico, a afirmação de uma identidade assenta em identificações continuadas que, de forma evidente, se encontram obliteradas no caso dos descendentes de marranos de Trás-os-Montes enquanto “judeus”. Neste caso é a obliteração identitária que é incorporada como traço distintivo dos auto-denominados “judeus de Trás-os-Montes” como ilustra um episódio ocorrido durante o meu trabalho de campo em Bragança onde um entrevistado que me havia sido apresentado como sendo “a pessoa” que conhecia as ladainhas marranas, que havia frequentado a Sinagoga inaugurada nos anos 1930 pelo Capitão Barros Basto (“O Apóstolo dos Marranos”) e que havia convivido de perto com o rabino, relatou de forma evasiva os costumes da sua herança afirmando, ao mesmo tempo, “do passado já não me lembro e o futuro já passou”.

A sugestão deste transmontano de que o futuro da sua cultura está comprometido, sublinha o facto de que a memória histórica é aqui quase fantasmagórica, apenas recuperável na pesquisa historiográfica e/ou num trabalho de arqueologia identitária, que a emigração potencia. Mas mesmo quando registadas pela negativa, como em Trás-os-Montes, a percepção e a memória conservam uma função

identitária que não pode deixar de ser tomada em conta num estudo antropológico. O comentário em *voz off* da herança de um passado enterrado no tempo transforma os testemunhos privados de muitos transmontanos numa reapropriação articulada da história que permite a transmissão lúcida no seio da comunidade.

Não é porque os contextos de vivência das pessoas possam ser surdos ou impermeáveis à experiência privada, que as vozes singulares (ou com ressonância plural) estão impedidas de agir socialmente e de ter consequências práticas na construção da memória no presente. É importante notar que a imaterialidade da herança dos descendentes de judeus convertidos não é desobjectivada e não deixa de fazer parte da construção identitária dos seus depositários. Esta faz-se de forma personalizada e potencialmente politizada, em função dos interesses de quem detém algum poder de publicitação: intelectuais, artistas, políticos, jornalistas, personalidades carismáticas. É justamente a falta de referenciais tangíveis, a par da ausência de uma transmissão transgeracional articulada e continuada, que define esta forma particular de ser “judeu”, ou de ser o Outro, no seio da própria comunidade a que se pertence. Esta última podendo ser a pequena aldeia transmontana de peliqueiros onde o “judeu” é o *perro*; a *intelligentsia* bragançana onde muitos se dizem algo “judeus”; ou a comunidade de emigrantes transmontanos da região de Paris, onde outros se descobrem ou reinventam “descendentes de judeus convertidos”.

Se o que resta aos descendentes de judeus convertidos de Trás-os-Montes é o rasto de uma pertença étnica judaica que se mantém todavia presente na definição da sua identidade social, torna-se pois necessário compreender o sentido desta persistência de uma reivindicação codificada por referência a uma herança histórica perdida. Rejeitando uma visão essencialista da etnicidade, podemos apoiar-nos na definição proposta por Max Weber (1956), segundo a qual a identidade étnica se baseia na crença numa origem comum. O facto de um importante número de transmontanos assumir uma identidade social a partir da crença numa origem étnica judaica, torna-se relevante para que a questão das origens possa ser considerada decisiva na definição da respectiva identidade. É importante, porém, aqui ressaltar a diferença entre a auto-referência destes transmontanos à origem étnica como fundadora da sua identidade, e um entendimento da etnicidade como categoria de definição identitária impermeável ao tempo e à história.

Em Trás-os-Montes, as estratégias de preservação da diferença assentaram em acordos tácitos reproduzidos ao longo das gerações, por referência a uma origem absolutamente identificada nos judeus vindos de Espanha depois de 1492. Nomeadamente em Carção e Argoselo, os *perros* dizem ser “da raça dos judeus”, oferecendo à análise uma categoria que na realidade encobre o que realmente os define como “judeus” e que assenta num complexo jogo cruzado entre identidades históricas e interesses sociais e pessoais. O *deficit* de capital cultural judaico destes judeus baptizados e convertidos ao catolicismo remete, então, a questão das origens para o domínio daquilo a que chamamos “memórias de uma pertença”.

Os casamentos mistos apenas surgiram com as transformações sociais resultantes da emigração. Mas a este propósito, é de notar também que o impacto cultural e económico da emigração, bem como os efeitos da implementação da democracia em Portugal, coincidiram com a emergência de discursos públicos regionais, e mesmo nacionais, dando voz à herança histórica marrana. Do espaço privado das memórias familiares, passou-se para um domínio público de visibilidade de uma herança colectiva, em que alguns se lançam ao trabalho de tecer os laços desfeitos do passado, com a preocupação de se tornarem “eles mesmos” num projecto, muitas vezes isolado, de reconstrução da identidade. Movidos por uma consciência agudizada em contextos de ruptura biográfica como a emigração, a vivência de um luto, ou crise existencial, estes escultores do presente, interrogam-se sobre a descontinuidade que os habita tornando-se assim agentes activos do seu ser no mundo.

O presente da memória: tecer os laços desfeitos

O longo movimento histórico que se iniciou com as descobertas do século XVI, contemporâneas da expulsão dos judeus de Espanha, produziu no Ocidente uma nova maneira de conceber e de pensar a identidade humana. Os mesmos 500 anos que separaram os judeus convertidos da tradição dos seus antepassados, desembocaram numa modernidade que estabeleceu o princípio da subjectividade como estrutura da relação dos sujeitos com o mundo e consigo próprios (Giddens 1991). Este passou a ser palco de uma crescente autonomização das consciências individuais e de uma

secularização da vida humana incorporando a aceleração de criação de novidades no quotidiano, e a experiência generalizada de ruptura com tradições, que caracterizam os grandes desafios actuais das identidades juntamente com a crioulização global das humanidades contemporâneas (Glissant 1996).

Neste contexto, e porque a identidade é uma relação processual e não uma coisa em si ou uma qualidade fixa de alguém ou de um grupo, é em função dos novos contextos multi-referenciais dos nossos dias que a identidade dos descendentes de judeus convertidos se define, na emigração e em Trás-os-Montes. Num movimento de retorno ao passado e ao mesmo tempo de descoberta de si, muitos se reúnem em fóruns electrónicos de encontro e partilha de experiências, como o site www.saudades.org criado por uma descendente de portugueses cristãos-novos emigrados na África do Sul. Também desde os anos 1990 se observa o surgir de associações internacionais de estudos cripto-judaicos, e de história do judaísmo na Península Ibérica. Estes são espaços tanto virtuais como reais de estudo e troca de informações entre pessoas que se identificam com a problemática da reconstrução de uma identidade de descendentes de judeus convertidos. À procura de um sentimento de si enraizado numa história familiar herdada com falhas, organizam viagens a Portugal e a Espanha, bem como congressos anuais onde procuram construir o presente, com vista a garantir o futuro da sua família simbólica.

É nesta dimensão subjectiva da reinvenção de si, ou da criação de uma identidade edificada pela palavra – no sentido lacaniano de *parole*⁶ – e pelo gesto – como sugeriu Merleau-Ponty⁷ –, que o sentimento de pertença identitária se consubstancia. Não conta para os descendentes de judeus convertidos de Trás-os-Montes o facto de não se constituírem como uma comunidade voluntária assente numa cultura específica. A persistência da sua crença numa pertença étnica judaica contrasta com a descontinuidade entre uma presumida origem “natural” judaica e uma cultura cristã imposta pela história.

As fronteiras da identidade e da memória definem uma dimensão quase “natural” dos contextos de pertença dos indivíduos, de tal modo que, em situações de ruptura como a conversão religiosa do passado ou a imigração dos nossos dias, se torne necessário todo um trabalho de reelaboração, que reaproxime as distâncias criadas. Sob

⁶ Acto de simbolização subjectiva.

⁷ No sentido de “consciência incorporada” de um corpo-sujeito.

o risco de uma condição humana “descosida” de si, a descontinuidade que atinge os “órfãos de cultura própria”, não deixa indiferente quem assim descobre poder ser o autor de si mesmo e nascer para uma condição humana que ultrapasse o acidente biológico. Num outro tempo, num outro lugar, pode-se “retornar a casa”, mesmo que esta última seja uma ruína e o retorno uma viagem.

Referências Bibliográficas

- ARENDRT, Hanna, 1958, *The Human Condition*, The University of Chicago Press.
- FABRE-VASSAS, Claudine, 1994, *La Bête Singulière: les juifs, les chrétiens et le cochon*, Paris, Gallimard.
- FARINELLI, Arturo, 1925, *Marrano : storia di un vituperio*, Firenze.
- GLISSANT Edouard, 1996, *Introduction à une poétique du divers*, Paris, Gallimard.
- LACAN, Jacques, 1966, “Fonction et champ de la parole et du langage”, *Écrits*, Paris, Le Seuil.
- LEACH, Edmund, 1980 [1964], *L'unité de l'homme et autres essais*, Paris, Gallimard, pp. 321-361.
- LECHNER, Elsa, 2002, « Pleins Silences », *Sigila*, vol.9, Les Gardiens du Secret, Paris, Gris, pp. 17-27.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, 1962, *La Pensée Sauvage*, Paris, Plon.
- GIDDENS, Anthony, 1992, *Modernity and Self-Identity: self and society in the late modern age*, Cambridge, Polity Press.
- MERLEAU-PONTY, Maurice, 1945, *Phénoménologie de la Perception*, Gallimard, Paris.
- PINA CABRAL, João e Nelson Lourenço, 1993, *Em Terra de Tufões: dinâmicas da etnicidade macaense*, Macau, Instituto Cultural de Macau.
- PINA CABRA, João, 1989, *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel.
- RÉVAH, Isaac. 1959. « Les Marranes », *Revue des Etudes Juives*, CXVIII/1, Paris, pp. 29-77.
- SCHWARZ, Samuel, 1925, *Os Cristãos Novos em Portugal no Século XX*, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões, Universidade Nova de Lisboa, 2000 [1925].
- WEBER, Max, 1956 [1971], *Economie et société*, Paris, Plon.
- Encyclopaedia Judaica*, entrada « Marrano », Vol. 11, Jerusalém, p. 1018.